

PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

015. PROVA OBJETIVA

FISCAL DE CADASTRO TRIBUTÁRIO I

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **10**.

A nossa democracia é laica, mas nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. Queremos benefícios sem custos (e quem em sã consciência não quereria?).

Exigimos que seja assim. Os custos não de ser empurrados para algum momento indeterminado do futuro e cair sobre as costas de alguma entidade benévola não especificada, sem machucar ninguém. Algum dia alguém dá algum jeito e fica tudo certo. Deus resolve.

A maioria dos brasileiros concorda com o controle de preço do diesel, e quer ainda o controle de preço da gasolina e do gás natural. Só não aceita ter que pagar a conta. A Petrobras que tenha um prejuízo. E quem vai cobri-lo? O Tesouro, essa entidade superior e fonte de riquezas.

Não é um caso isolado. Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência, sem nunca especificar quem vai ficar com a conta; essa fica para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. Há quem diga, inclusive, que o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação; multiplicação milagrosa dos pães.

Essa é a lógica que governa o Brasil desde 1500, consagrada na Constituição de 1988, tão pródiga em direitos para todo mundo. O direito é a manifestação do *fiat** divino entre os homens: uma obrigação incondicional que a realidade – alguém – terá de dar algum jeito de cumprir.

O problema é que acabou o “milagre econômico” – um crescimento acelerado e sem causas conhecidas, que ocorre apesar de todas as deficiências e entraves, esses sim muito bem conhecidos. Deus parece ter conseguido o *green card*** e nos abandonou.

O que fazer? Uma alternativa é seguir confiando na intervenção divina até o fim, deixando o ajuste ao deus-dará. A corda estoura para o lado mais fraco, e voltamos ao caos primordial. A outra é ser impiedoso e olhar para a realidade com olhos de descrença.

Para que alguns continuem ganhando, pessoas de carne e osso terão que pagar. E aí sim poderemos responder à pergunta que o Brasil é mestre em evitar: quem?

O problema é que para as escamas caírem de nossos olhos também será necessário um milagre...

(Joel Pinheiro da Fonseca, *Folha de S.Paulo*, 12.06.2018. Adaptado)

**fiat*: do latim, faça-se, haja; referência à frase bíblica: “faça-se a luz”.

** *green card*: cartão de residência permanente nos EUA.

01. Segundo o texto, a ideia contida na expressão “Deus resolve” corresponde à propensão dos brasileiros para

- (A) dedicar-se a combater excessos de despesas, evitando prejuízos indesejáveis.
- (B) enfrentar problemas financeiros, mesmo que pareçam de difícil solução.
- (C) ter os interesses atendidos, sem preocupação com as obrigações decorrentes.
- (D) atribuir a outrem a responsabilidade pelo surgimento de problemas difíceis de resolver.
- (E) apostar na intervenção de outros países no enfrentamento de questões socioeconômicas.

02. O desenvolvimento das ideias do texto permite apontar, como um título que contraria a ideia de que “Deus resolve” e compatível com o ponto de vista do autor, a **negação** da seguinte máxima popular:

- (A) Deus é brasileiro.
- (B) A esperança é a última que morre.
- (C) Deus ajuda a quem cedo madruga.
- (D) Devagar se vai ao longe.
- (E) A voz do povo é a voz de Deus.

03. Associando-se as afirmações contidas no penúltimo e no último parágrafo, é correto afirmar que, no último, o autor se vale de expressão em sentido

- (A) figurado, para defender a ideia de que é melhor ocultar o fato de que a conta de benefícios concedidos a uns poucos deva caber a muitos outros.
- (B) figurado, para afirmar a descrença na possibilidade de o brasileiro conscientizar-se de que é inevitável a população arcar com o ônus de concessões feitas a alguns.
- (C) figurado, para assegurar que o brasileiro precisa ver os efeitos de medidas econômicas tomadas sem amparo na constituição de 1988, contrariando, pois, direitos de todos.
- (D) próprio, para levar o leitor a perceber que milagres econômicos não se repetem e que é preciso que o enfrentamento da realidade seja assumido sem medo.
- (E) próprio, para contradizer a ideia de que o país atravessa uma fase de crise econômica, que o impede de ver as necessidades reais da parcela mais pobre da população.

04. Considere as expressões destacadas nas passagens:

- Exigimos que seja **assim**. (2º parágrafo) /
- ... **multiplicação milagrosa dos pães**. (4º parágrafo) /
- E **aí** sim... (penúltimo parágrafo)

Elas retomam, correta e respectivamente, as seguintes informações do texto:

- (A) • ... e quem em **sã** consciência não quereria? /
• ... essa fica para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. /
• Para que alguns continuem ganhando...
- (B) • Queremos benefícios sem custos... /
• ... o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação... /
• ... pessoas de carne e osso terão que pagar.
- (C) • ... nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. /
• ... o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação... /
• Para que alguns continuem ganhando.
- (D) • ... e quem em **sã** consciência não quereria? /
• Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência...
• ... pessoas de carne e osso terão que pagar.
- (E) • Queremos benefícios sem custos... /
• Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência... /
• ... poderemos responder à pergunta que o Brasil é mestre em evitar: quem?

05. No primeiro parágrafo, o emprego do travessão duplo e dos parênteses cumpre a finalidade de intercalar comentários do autor que expressam, respectivamente,

- (A) certeza e finalidade.
(B) possibilidade e incerteza.
(C) advertência e convicção.
(D) discordância e hipótese.
(E) convicção e suposição.

06. As expressões destacadas nas passagens – A nossa democracia é **laica** ... / ... Constituição de 1988, tão **pródiga** em direitos para todo mundo. – têm sentido, correta e respectivamente, de:

- (A) desvinculada do mundo profano / generosa.
(B) associada ao mundo civil / concentrada.
(C) consagrada à religiosidade / concessiva.
(D) independente de confissão religiosa / profusa.
(E) dependente de oligarquias / permissiva.

07. Assinale a alternativa que apresenta o verbo conjugado no modo subjuntivo, dando sequência correta à frase – Talvez ...

- (A) Deus resolvia.
(B) algum dia alguém dava um jeito.
(C) queiramos benefícios sem custos.
(D) a maioria dos brasileiros concorda.
(E) poderíamos responder à pergunta.

08. Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância e de regência verbal.

- (A) Pode haver alguns brasileiros que discordem de que se devam controlar os preços do diesel.
(B) Duvida-se que hajam brasileiros que antipatize com a ideia de que se possa controlar os preços do diesel.
(C) Existe aqueles que não consentem de que se estabeleça regras para controle do preço do diesel.
(D) Mais de um brasileiro adere da ideia de haverem mecanismos de controle do preço do diesel.
(E) Ainda não se identificou brasileiros que se manifeste contra a ideia de controle dos preços do diesel.

09. Nas passagens – A nossa democracia é laica, (I) **mas** nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. / (II) **Para que** alguns continuem ganhando, pessoas de carne e osso terão que pagar. – as expressões destacadas estabelecem, entre as afirmações a que se vinculam, relações de sentido de

- (A) (I) adição, sendo possível sua substituição por **também**; (II) modo, sendo possível sua substituição por **mesmo que**.
(B) (I) conclusão, sendo possível sua substituição por **contanto que**; (II) finalidade, sendo possível sua substituição por **até que**.
(C) (I) alternância, sendo possível sua substituição por **ou**; (II) modo, sendo possível sua substituição por **de maneira que**.
(D) (I) explicação, sendo possível sua substituição por **pois**; (II) adição, sendo possível sua substituição por **também que**.
(E) (I) oposição, sendo possível sua substituição por **entretanto**; (II) finalidade, sendo possível sua substituição por **a fim de que**.

10. Assinale a alternativa que preenche as lacunas do trecho adaptado, de acordo com a norma-padrão de colocação de pronomes e de emprego do sinal de crase.

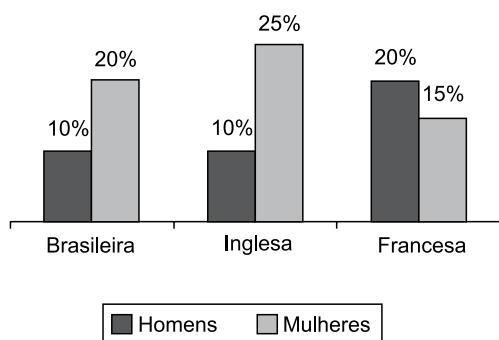
Nunca _____ de um caso isolado. _____ por mais gasto para causas e setores de preferência, sem nunca especificar _____ quem cabia a conta; essa ficava para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. Geralmente _____ que, com o aumento de gastos, _____ pretendida arrecadação.

- (A) se tratava ... Se pedia ... à ... acreditava-se ... se chegaria a
(B) tratava-se ... Pedia-se ... a ... se acreditava ... chegaria-se à
(C) tratava-se ... Se pedia ... à ... acreditava-se ... chegaria-se a
(D) se tratava ... Pedia-se ... a ... se acreditava ... se chegaria à
(E) se tratava ... Pedia-se ... a ... acreditava-se ... se chegaria a

11. Em junho deste ano, 1989 pessoas foram atendidas em certa secretaria municipal. Sabendo-se que, no referido mês, o número de atendimentos, nessa secretaria, foi 15% menor que o número de atendimentos realizados no mês imediatamente anterior, o número de pessoas atendidas nessa secretaria no mês de maio foi igual a
- (A) 2190.
 - (B) 2226.
 - (C) 2288.
 - (D) 2302.
 - (E) 2340.
12. Em um concurso público para cargos com graus de escolaridade de ensino médio completo e de ensino superior completo, a razão entre o número de candidatos que se inscreveram com somente o ensino médio completo e o número de candidatos que se inscreveram com o ensino superior completo foi igual a 0,4. No dia da prova, 7000 candidatos compareceram, sendo que foram constatadas as faltas de 8 candidatos com somente o ensino médio completo e de 20 candidatos com o ensino superior completo. Em se tratando dos candidatos inscritos, a diferença entre o número dos que tinham o ensino superior completo e o número dos que tinham somente o ensino médio completo é igual a
- (A) 2998.
 - (B) 3005.
 - (C) 3012.
 - (D) 3019.
 - (E) 3026.
13. Pretende-se dividir um total de R\$ 960,00, sendo R\$ 840,00 em cédulas de R\$ 20,00, e o restante, em cédulas de R\$ 10,00, em envelopes obedecendo aos seguintes critérios: (1) cada envelope deve conter, obrigatoriamente, x cédulas de R\$ 10,00 e y cédulas de R\$ 20,00; (2) o número de envelopes tem que ser o maior possível; e (3) todo o valor de R\$ 960,00 tem que ser distribuído nos envelopes. Nessas condições, o número de cédulas em cada envelope deverá ser igual a
- (A) 5.
 - (B) 6.
 - (C) 7.
 - (D) 8.
 - (E) 9.

14. A média das idades de 24 pessoas é de 46 anos. Ao acrescentar a idade de Carlos, a média das idades das 25 pessoas passa a ser de 45 anos. Se a pessoa mais nova desse grupo tem 20 anos, a diferença entre a idade de Carlos e a idade da pessoa mais nova desse grupo é igual a
- (A) 1 ano.
- (B) 2 anos.
- (C) 3 anos.
- (D) 4 anos.
- (E) 5 anos.

15. Considere o gráfico a seguir, que contém informações sobre a nacionalidade de um grupo de pessoas.



Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que apresenta uma informação correta.

- (A) Metade do número de pessoas que têm nacionalidade brasileira é homem.
- (B) Menos de um terço do número de mulheres desse grupo tem nacionalidade inglesa.
- (C) Dos homens desse grupo, exatamente 20% são franceses.
- (D) Nesse grupo, há mais mulheres que homens.
- (E) Das pessoas com nacionalidade inglesa, exatamente 25% são mulheres.

16. De um valor V em reais, três quintos foram destinados ao pagamento de uma conta A; um valor R\$ 50,00 menor que a terça parte do que foi destinado ao pagamento da conta A foi destinado ao pagamento de uma conta B; o restante, R\$ 180,00, foi depositado em uma conta corrente. O valor destinado ao pagamento da conta B foi de:
- (A) R\$ 75,00.
 - (B) R\$ 80,00.
 - (C) R\$ 85,00.
 - (D) R\$ 90,00.
 - (E) R\$ 95,00.
17. Um terreno retangular de 8 mil metros quadrados de área tem a diferença entre as medidas dos seus lados igual a 20 metros. A razão entre as medidas do maior e do menor lado desse terreno é igual a
- (A) 1,10.
 - (B) 1,15.
 - (C) 1,20.
 - (D) 1,25.
 - (E) 1,30.
18. Cinco máquinas iguais, trabalhando juntas e em período ininterrupto, produzem certa quantidade de uma peça em 8 horas. Ao completar um quarto da produção, interrompeu-se o trabalho e decidiu-se colocar mais uma máquina em funcionamento, idêntica às anteriores, de modo a diminuir o tempo necessário para a produção daquela quantidade de peças. Reiniciada a produção, as seis máquinas completaram o trabalho. Desprezando-se o tempo em que as máquinas ficaram paradas na interrupção do trabalho, o tempo total utilizado para a produção daquela quantidade de peças foi:
- (A) 7 horas e 15 minutos.
 - (B) 7 horas e 00 minuto.
 - (C) 6 horas e 45 minutos.
 - (D) 6 horas e 30 minutos.
 - (E) 6 horas e 15 minutos.

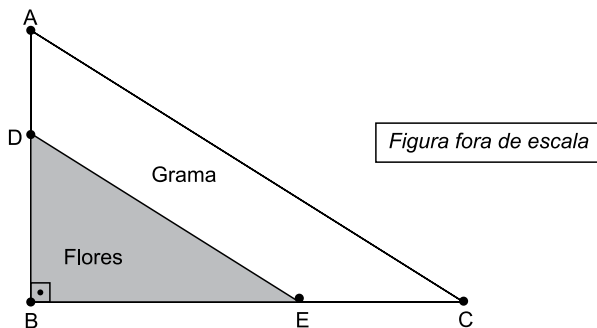
19. Uma revendedora de automóveis trabalha com veículos dos modelos A, B e C. Sabe-se que:

- o valor unitário de revenda do veículo de modelo A corresponde à metade da soma dos valores unitários de revenda dos veículos dos modelos B e C;
- o valor unitário de revenda do veículo de modelo B é o dobro do valor unitário de revenda do veículo de modelo C;
- a soma dos valores unitários de revenda desses três modelos de veículos é igual a R\$ 270 mil.

Dessa forma, o valor unitário de revenda do veículo A, em comparação ao valor unitário de revenda do veículo C, é

- (A) maior em R\$ 30 mil.
 (B) maior em R\$ 20 mil.
 (C) maior em R\$ 10 mil.
 (D) menor em R\$ 20 mil.
 (E) menor em R\$ 30 mil.

20. A figura representa um jardim no formato de triângulo retângulo ABC, reto em B, dividido em duas regiões: uma triangular BDE, com flores variadas, e outra em forma de trapézio ADEC, com grama.



Sabendo que as medidas dos lados DB, BC e AB são, respectivamente, 3, 10 e 7,5 metros, e que a divisória DE das regiões é paralela ao lado AC do jardim, o perímetro, em metros, da região com flores variadas, desse jardim, é igual a

- (A) 10.
 (B) 11.
 (C) 12.
 (D) 13.
 (E) 14.

21. Observe a imagem.



(Veja, 11.06.18. Disponível em: <<https://abr.ai/2tOFFn9>>. Adaptado)

O registro fotográfico, realizado no encontro do G7, que reúne as sete economias mais avançadas do mundo, evidencia o desacordo entre Merkel e Trump acerca

- (A) da relação do Ocidente com a Rússia.
- (B) da participação na guerra civil da Síria.
- (C) da posição em relação à questão Palestina.
- (D) do cenário de guerra comercial entre os países.
- (E) dos vínculos com a China na geopolítica internacional.

22. Tem causado forte polêmica nos Estados Unidos a recente determinação de “tolerância zero” aos imigrantes ilegais na fronteira com o México. As críticas à administração de Donald Trump foram geradas pelo fato de que crianças são separadas de seus pais ou tutores que tentam entrar ilegalmente no país.

(G1, 20.06.18. Disponível em: <<https://goo.gl/7uPeiC>>. Adaptado)

A separação descrita na notícia deve-se

- (A) à tentativa do governo dos EUA de expulsar prioritariamente as crianças e, com isso, impedir a formação de novas gerações de imigrantes clandestinos.
- (B) à obrigatoriedade legal de que todas as crianças que estão em solo norte-americano devem frequentar estabelecimentos escolares.
- (C) à política que estabelece que todo adulto que for pego atravessando a fronteira ilegalmente deve ficar detido, o que não é permitido às crianças.
- (D) à ação das forças de segurança norte-americanas com o objetivo de devolver os adultos aos países de origem, mas preservar o direito das crianças à imigração.
- (E) ao sucesso da política restritiva norte-americana que tem barrado os mais velhos, mas tem permitido a entrada de crianças e adolescentes.

23. A Câmara de Deputados aprovou nesta quinta-feira (14 de junho) um projeto de lei que prevê a legalização do aborto. O projeto passará agora ao Senado. O projeto de lei permite o aborto livre até a 14ª semana de gestação. Atualmente o aborto é permitido apenas em caso de estupro ou risco para a vida da mulher.

(G1, 14.06.18. Disponível em: <<https://goo.gl/wWkSRH>>. Adaptado)

A aprovação mencionada na notícia ocorreu

- (A) no Chile.
- (B) no Uruguai.
- (C) na Bolívia.
- (D) na Argentina.
- (E) no Peru.

24. O projeto de lei que modifica o registro de agrotóxicos foi aprovado essa semana numa comissão da Câmara de Deputados. A discussão se arrasta há meses. A bancada ruralista diz que é preciso modernizar a lei. Opositores dizem que, se a lei for aprovada, produtos que colocam a saúde em risco podem ser liberados.

(G1, 01.07.18. Disponível em: <<https://goo.gl/tFztEs>>. Adaptado)

Entre as mudanças sugeridas pelo projeto, é correto identificar a

- (A) centralização da liberação de novos produtos no Ministério da Agricultura, tirando poder decisório da Anvisa e do Ibama.
- (B) liberação de substâncias comprovadamente cancerígenas e atualmente proibidas para a utilização na agricultura.
- (C) alteração dos procedimentos necessários para a autorização de uso de produtos novos, retirando a exigência de licença prévia.
- (D) substituição do nome oficial “defensivo agrícola” pelo nome “agrotóxico”, com o objetivo de evidenciar a toxicidade dos produtos.
- (E) formação de um gabinete técnico composto por membros do Ministério da Saúde e da Agricultura para a autorização de agrotóxicos.

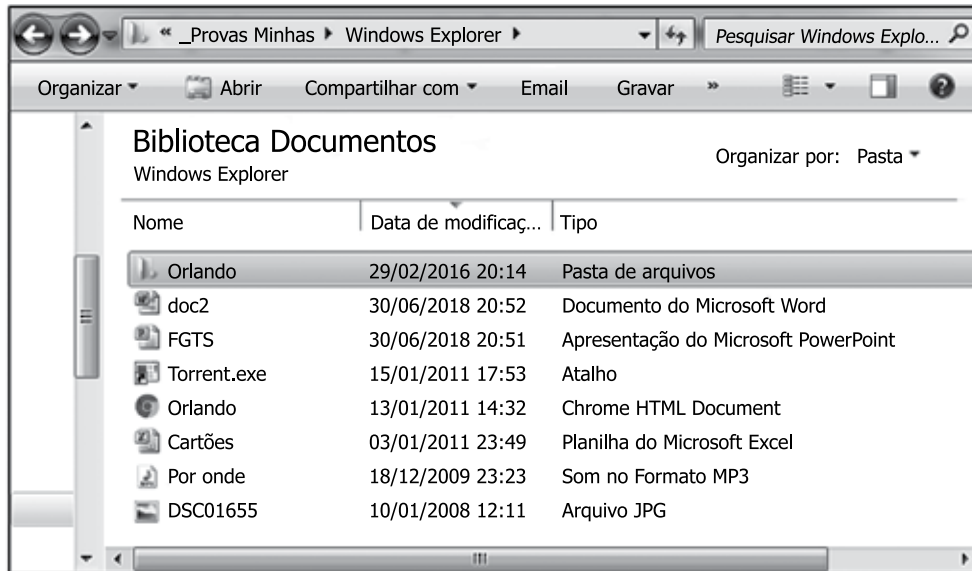
25. O Ministério do Interior da Rússia está avaliando a possibilidade de abrir um inquérito contra torcedores brasileiros que geraram polêmica na Copa do Mundo, num vídeo que difundiram pela internet.

(Jornal do Brasil, 20.06.18. Disponível em: <<https://bit.ly/2Md1R19>>. Adaptado)

Os torcedores brasileiros mencionados na notícia estão sendo acusados de

- (A) racismo.
- (B) sexismo.
- (C) xenofobia.
- (D) homofobia.
- (E) intolerância religiosa.

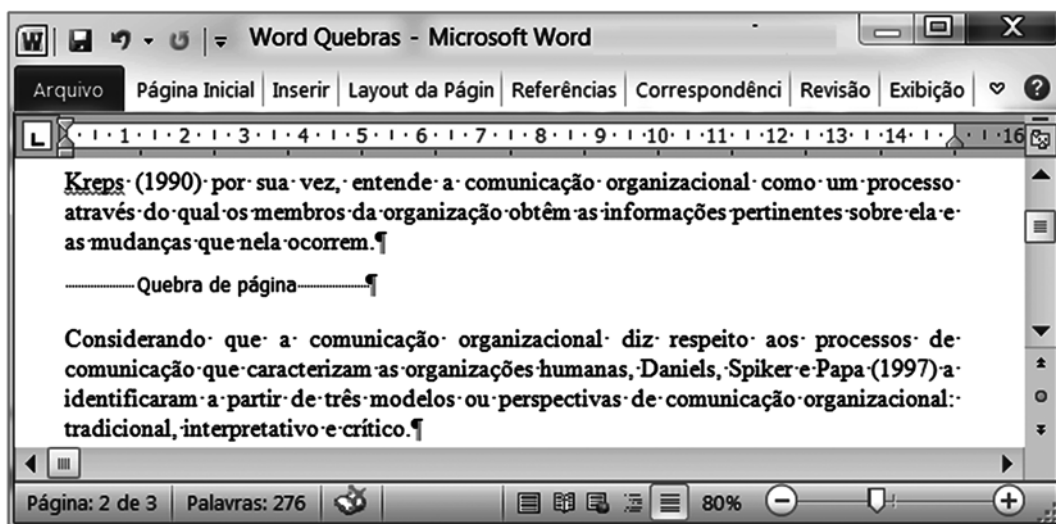
26. Observe a biblioteca Documentos de um computador instalado com o MS-Windows 7, na sua configuração padrão:



O comando de pesquisa tipo:=.pptx digitado no canto superior direito trará como resultado o(s) seguinte(s) objeto(s):

- (A) FGTS
- (B) DSC01655
- (C) doc2
- (D) Cartões
- (E) Orlando

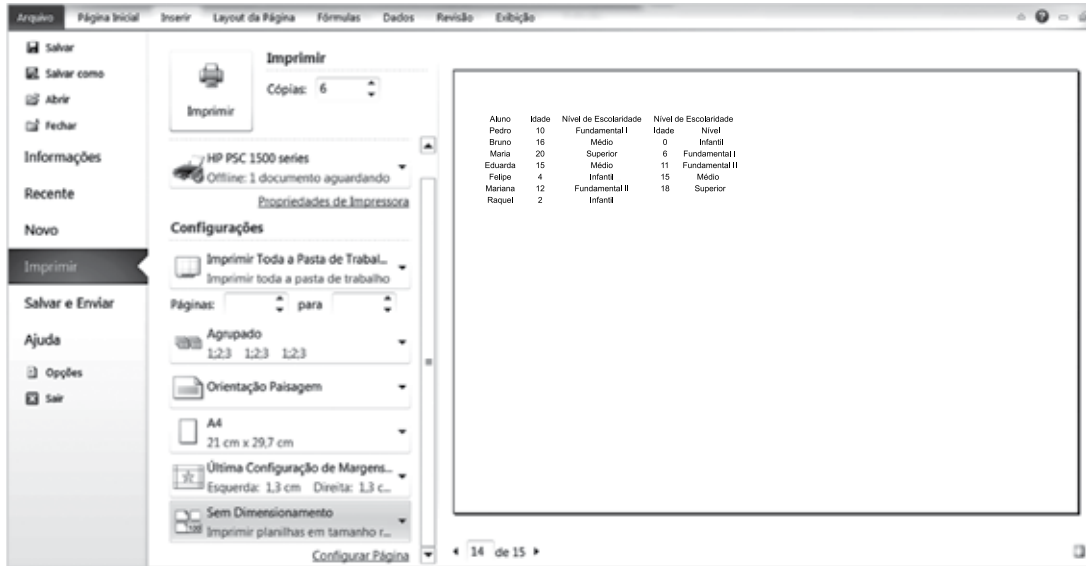
27. Observe o documento do MS-Word 2010, em sua configuração original, com as marcas de parágrafo e outros símbolos de formatação visíveis:



Assinale a alternativa que descreve a quebra aplicada no documento.

- (A) Separa o texto das legendas do corpo de texto.
- (B) Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na mesma página.
- (C) Inicia a próxima página logo após a quebra.
- (D) Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na próxima página com número par.
- (E) Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na próxima página com número ímpar.

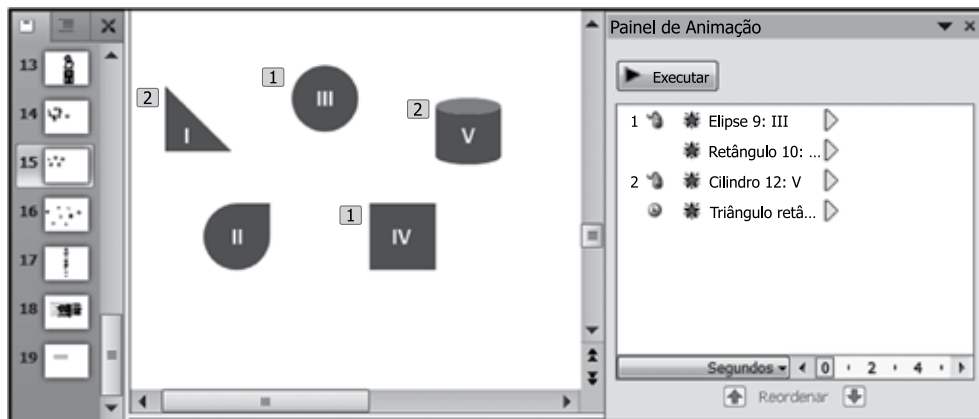
28. Considere o MS-Excel 2010, na sua configuração padrão, em modo de visualização de impressão:



Assinale a alternativa que contém a quantidade de folhas que serão impressas, assumindo que a impressora está alimentada com papel A4 (21 cm x 29,7 cm).

- (A) 1
- (B) 6
- (C) 14
- (D) 15
- (E) 90

29. Na figura a seguir, é apresentado o slide 15 com cinco figuras numeradas de I a V e o respectivo painel de animação do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração original.



Assinale a alternativa que apresenta o número da primeira figura que será exibida quando o slide entrar em modo de apresentação.

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) IV
- (E) V

30. Considere a barra de status do MS-Outlook 2010, na sua configuração padrão:



As 361 mensagens foram armazenadas em:

- (A) Itens recebidos.
- (B) Itens enviados.
- (C) Caixa de saída.
- (D) Caixa de entrada.
- (E) Rascunhos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. O Município X deseja financiar de modo permanente a realização das atividades de vigilância sanitária, necessárias para a fiscalização do respeito de estabelecimentos comerciais a normas concernentes à segurança e à higiene, preservando, assim, a saúde de sua população. Diante dessa situação, é correto afirmar que o Município poderá instituir

- (A) alíquota adicional do imposto sobre serviços a ser cobrada dos estabelecimentos situados em seu território, vinculando a arrecadação desse adicional a fundo especial de financiamento da vigilância sanitária.
- (B) taxa que terá como fato gerador o exercício regular do poder de polícia e que poderá ser calculada em função do capital das empresas fiscalizadas.
- (C) multas por descumprimento da legislação municipal de vigilância sanitária, atribuindo o produto da arrecadação de multas ao Caixa Único do Tesouro Municipal.
- (D) taxa que terá como fato gerador o exercício regular do poder de polícia e que não poderá ter base de cálculo idêntica à de imposto.
- (E) taxa que terá como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível de fiscalização das normas de vigilância sanitária, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

32. É possível a cobrança do imposto sobre propriedade territorial urbana (IPTU) diante da existência dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- (A) meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais, e coleta domiciliar de resíduos sólidos.
- (B) coleta hospitalar de resíduos sólidos e rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar.
- (C) escola primária a uma distância máxima de cinco quilômetros do imóvel considerado e rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar.
- (D) meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais, e posto de saúde a uma distância máxima de dez quilômetros do imóvel considerado.
- (E) abastecimento de água e sistema de esgotos sanitários.

33. A respeito da constituição do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete preferencialmente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- (B) O crédito tributário decorre da responsabilidade tributária e tem a mesma natureza do tributo a que se refere.
- (C) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- (D) Não se aplica ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos processos de fiscalização.
- (E) O lançamento é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência da obrigação tributária correspondente, necessária para o surgimento do fato gerador.

34. O servidor público fazendário “Fulano de Tal” recebeu por e-mail solicitação de compartilhamento de informações relativas ao faturamento de empresa situada no Município X, sob o pretexto de fornecer subsídios para a formulação da política pública de incentivos culturais, que está sob gestação na Secretaria Municipal de Cultura. As informações que o servidor em questão detém são decorrentes das atividades de administração tributária. Nessa situação, é correto afirmar que

- (A) se veda a entrega pelo servidor da informação solicitada, pois tal informação é detida em razão da atividade de administração tributária, revelando a situação econômica de sujeito passivo, a natureza e o estado de seus negócios.
- (B) não se pode falar em violação ao dever de sigilo, considerando-se que a informação será compartilhada com órgão público municipal, no interesse do desenvolvimento de política pública específica.
- (C) caso a informação seja solicitada mediante a instauração regular de processo administrativo, ao invés de ser solicitada por e-mail, estará atendida a condição prevista no Código Tributário Nacional para compartilhamento com outros órgãos do poder público municipal.
- (D) o servidor público poderá sofrer sanções de natureza disciplinar caso deixe de atender à solicitação, tendo em vista os princípios tributários da publicidade e da eficiência, que requerem o pronto atendimento às solicitações de outros órgãos realizadas no interesse da Administração.
- (E) o servidor não poderá, alternativamente ao pedido de informação acerca do faturamento da empresa, entregar informações relativas às inscrições em Dívida Ativa realizadas em nome de tal empresa, por se tratar de informações que devem tramitar em segredo de justiça.

35. Segundo o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006), é correto afirmar que

- (A) se considera microempresa ou empresa de pequeno porte a sociedade empresária ainda que não registrada no Registro de Empresas Mercantis.
- (B) se consideram empresas de pequeno porte as que auferiram, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.
- (C) o regime desta lei aplica-se às empresas integrantes de grupos empresariais, controladas por outras pessoas jurídicas.
- (D) o Regime Especial do Simples Nacional abrange apenas os impostos de competência da União Federal, Estados e Municípios.
- (E) poderá recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a empresa de pequeno porte com ausência de inscrição ou com irregularidade em cadastro fiscal federal, municipal ou estadual.

DIREITO CIVIL

36. Domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens públicos de uso especial não estão sujeitos a usucapião, mas podem ser alienados para particulares.
- (B) Os bens públicos de uso comum do povo são aqueles destinados a serviço ou estabelecimento da administração municipal.
- (C) Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, ao contrário dos demais bens públicos, podem ser adquiridos por usucapião.
- (D) Em regra, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- (E) O uso comum dos bens públicos não pode ser oneroso.

37. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) É válida a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- (B) Após o vencimento da dívida, o devedor, a suas expensas e risco, pode usar a coisa segundo sua destinação, sendo obrigado, como depositário, a empregar na guarda da coisa a diligência exigida por sua natureza.
- (C) A propriedade superveniente, adquirida pelo devedor, torna eficaz, desde o arquivamento, a transferência da propriedade fiduciária.
- (D) Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o devedor possuidor indireto da coisa.
- (E) A alienação fiduciária em garantia de bem móvel ou imóvel confere direito real de aquisição ao fiduciante, seu cessionário, mas não ao seu sucessor.

38. Danilo celebrou promessa de compra e venda com Daniel, mediante instrumento particular. Na promessa de compra e venda, restou estabelecido que Danilo venderia sua casa a Daniel pelo valor de duzentos mil reais. A promessa de compra e venda não previu a cláusula de arrependimento nem foi levada à registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Sobre a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- (A) A promessa de compra e venda não é válida, pois foi realizada por meio de instrumento particular e não foi levada à registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- (B) Daniel não possui o direito real à aquisição do imóvel, pois a promessa de compra e venda não foi registrada no Cartório de Registro de Imóveis.
- (C) A promessa de compra e venda é válida e produz efeito perante terceiros.
- (D) É possível a retratação de qualquer das partes mesmo sem a menção expressa à cláusula de arrependimento, uma vez que, em regra, a promessa de compra e venda é retratável.
- (E) Se houver recusa da outorga definitiva de compra e venda, Daniel deverá requerer o imóvel administrativamente, não sendo cabível o requerimento ao juiz da adjudicação do imóvel.

39. Sobre o regime de bens entre os cônjuges, assinale a alternativa correta.

- (A) O regime de bens começa a vigorar desde a data de habilitação dos cônjuges.
- (B) O pacto antenupcial é necessário apenas nos regimes de participação final nos aquestos e comunhão universal.
- (C) Podem os cônjuges, independentemente do regime de bens e de autorização do outro, obter empréstimo para a compra de coisas necessárias à economia doméstica, não sendo, portanto, uma obrigação solidária.
- (D) É admissível a alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado por um dos cônjuges e desde que não prejudique os direitos de terceiros.
- (E) A decretação de invalidade dos atos praticados sem outorga, sem consentimento, ou sem suprimento do juiz, só poderá ser demandada pelo cônjuge a quem cabia concedê-la, ou por seus herdeiros.

40. Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, que será processado diretamente perante o Cartório de Registro de Imóveis.

Diante dessa afirmação, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o imóvel confinante contiver um condomínio edilício, basta a notificação do síndico para manifestar consentimento expresso, dispensada a notificação de todos os condôminos.
- (B) Para o reconhecimento extrajudicial de usucapião, não é necessária a representação por advogado.
- (C) Se for necessária a elucidação de qualquer ponto de dúvida para o reconhecimento de usucapião, as diligências deverão ser realizadas por um perito judicial.
- (D) O procedimento de dúvida só deve ser suscitado nos casos de usucapião extrajudicial em Cartório de Registro de Imóveis em comarca diversa da qual estiver situado o imóvel.
- (E) O oficial de registro de imóveis promoverá a publicação de edital em jornal de grande circulação para a ciência de terceiros que poderão se manifestar no prazo de trinta dias.

41. São características da sociedade cooperativa:

- (A) obrigatoriedade de capital social fixo.
- (B) possibilidade de transferência das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, por ato "inter vivos" ou "causa mortis".
- (C) distribuição dos resultados, independentemente da proporcionalidade do valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, sendo vedada a atribuição de juro fixo ao capital realizado.
- (D) indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.
- (E) concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, limitando-se a um número máximo por região abrangida.

42. Em relação às deliberações dos sócios na sociedade limitada, é correto afirmar que

- (A) a deliberação em assembleia será obrigatória se o número dos sócios for superior a cinco.
- (B) a reunião ou a assembleia podem também ser convocadas pelo conselho fiscal ou conselho de administração, se a diretoria retardar por mais de noventa dias a sua convocação anual, ou sempre que ocorreram motivos graves e urgentes.
- (C) as deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, para a modificação do contrato social.
- (D) a assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez a cada dois anos nos seis meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de designar administradores, quando for o caso.
- (E) a assembleia dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de, no mínimo, cinquenta e um por cento do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

43. Em relação ao registro do empresário e da sociedade empresária, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato sujeito a registro, ressalvadas disposições especiais da lei, não pode, antes do cumprimento das respectivas formalidades, ser oposto a terceiro, salvo prova de que este o conhecia.
- (B) Os documentos necessários ao registro deverão ser apresentados no prazo máximo de dez dias úteis, contado da lavratura dos atos respectivos.
- (C) O anúncio de convocação da assembleia de sócios será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembleia, o prazo mínimo de trinta dias, para a primeira convocação, e de dez dias, para as posteriores.
- (D) O registro dos atos sujeitos à formalidade legalmente estabelecida será requerido pela pessoa obrigada em lei, e, no caso de omissão ou demora, exclusivamente pelo administrador nomeado.
- (E) O registro requerido além do prazo previsto em lei terá seu efeito retroagido à data da lavratura do ato.

44. Em relação ao nome empresarial da sociedade limitada, é correto afirmar que

- (A) a firma será composta obrigatoriamente com o nome de todos os sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social.
- (B) pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final “limitada” ou a sua abreviatura.
- (C) a denominação deve designar o objeto da sociedade, não sendo permitido nela figurar o nome dos sócios.
- (D) a omissão da palavra “limitada” determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios que assim empregarem a firma da sociedade, excluindo-se a responsabilidade dos administradores.
- (E) na utilização da firma, é obrigatória a expressão “e companhia” após o nome, caso a sociedade possua número superior a dois sócios.

45. Atribuição conferida à Administração de impor limites ao exercício de direitos e de atividades individuais em função do interesse público primário.

O enunciado se refere ao poder

- (A) hierárquico.
- (B) de polícia.
- (C) disciplinar.
- (D) regulamentar.
- (E) vinculado.

46. Com relação à delegação de serviços públicos, é correto afirmar que

- (A) os serviços públicos são outorgados por lei e delegados por decreto, ato que implicará na transferência de execução.
- (B) todos os serviços públicos poderão ser objeto do contrato de concessão, o qual deverá contemplar obrigatoriamente a transferência de execução.
- (C) nos serviços delegados, não há transferência da execução do serviço por contrato.
- (D) serviços propriamente ditos ou essenciais à coletividade não admitem a transferência de execução, devendo permanecer em mãos do Poder Público.
- (E) a titularidade do serviço público pode ser outorgada por decreto, ato que implicará na transferência de execução.

47. Assinale a alternativa que corretamente apresenta apenas exemplos de bens dominicais:

- (A) prédios públicos desativados e terras devolutas.
- (B) rios e mares.
- (C) avenidas e ruas.
- (D) parques e museus.
- (E) universidades e praças.

48. São, entre outras, cláusulas necessárias em todo contrato administrativo, previstas na Lei nº 8.666/93:

- (A) as condições de exportação; os direitos e as responsabilidades das partes.
- (B) o objeto e seus elementos característicos; a taxa de câmbio na hipótese de exportação.
- (C) o regime de execução ou a forma de fornecimento; os casos de rescisão.
- (D) os direitos, os deveres e as responsabilidades das partes; o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- (E) os casos de rescisão; as condições de exportação.

49. Com relação à receita corrente líquida prevista na Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa correta.

- (A) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder nos Estados a setenta por cento.
- (B) É o resultado do somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços e transferências correntes, sendo vedado o acréscimo de outras receitas.
- (C) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder na União a quarenta por cento.
- (D) É o resultado do somatório das receitas tributárias, da União, dos Estados e dos Municípios, sendo vedado o acréscimo de outras receitas.
- (E) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder nos Municípios a sessenta por cento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

50. Nos termos da Constituição Federal, compete aos Municípios instituir impostos sobre

- (A) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- (B) transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- (C) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- (D) transmissão “causa mortis”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- (E) transmissão “inter vivos” e “causa mortis”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, incluindo os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

51. Assinale a alternativa correta, nos termos da Constituição Federal.

- (A) A fiscalização do Município será exercida exclusivamente pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo.
- (B) As contas ficarão, anualmente, à disposição dos contribuintes domiciliados no Município, para exame e apreciação, os quais poderão, no primeiro semestre, questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- (C) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (D) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- (E) A fiscalização do Município será exercida exclusivamente pelo Poder Judiciário, mediante controle externo.

DIREITO PENAL

52. De acordo com o Código Penal, aquele que, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, restitui esta à circulação, desconhecendo a falsidade,

- (A) pratica crime de moeda falsa.
- (B) pratica crime assimilado ao de moeda falsa.
- (C) pratica crime apenas se for funcionário público ou diretor, gerente, ou fiscal de banco de emissão.
- (D) é punido com detenção, de seis meses a dois anos, e multa.
- (E) não comete crime algum.

53. Aquele que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público, pratica crime

- (A) de advocacia administrativa, previsto no Código Penal.
- (B) contra a Administração Pública, previsto no Código Penal.
- (C) de abuso de autoridade, previsto na Lei nº 8.429/92.
- (D) contra a ordem tributária, previsto na Lei nº 8.137/90.
- (E) de favorecimento pessoal, previsto na Lei de Improbidade.

54. O Estatuto das Cidades estabelece que lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação. Se o proprietário não cumprir com o disposto na Lei, será notificado pelo Poder Executivo municipal para o cumprimento da obrigação, devendo a notificação ser

- (A) efetivada por oficial de justiça.
- (B) feita por edital quando frustrada a primeira tentativa de notificação pessoal.
- (C) averbada no cartório de registro de imóveis.
- (D) entregue ao ocupante do imóvel, proprietário ou locatário.
- (E) enviada ao seu destinatário pelos Correios, com aviso de recebimento.

55. Com relação à outorga onerosa do direito de construir, o Estatuto das Cidades dispõe que

- (A) o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente básico, mediante contrapartida do beneficiário e devidamente autorizado por decreto do Poder Executivo.
- (B) coeficiente de aproveitamento é a relação entre a área edificável e a área do terreno.
- (C) o plano diretor poderá fixar coeficiente de aproveitamento básico único para toda a zona urbana, vedado coeficiente diferenciado para áreas específicas dentro da zona urbana.
- (D) a lei definirá os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre o projeto da obra e a área edificável do terreno.
- (E) a outorga onerosa não poderá permitir alteração de uso do solo da área edificável.

56. Nos termos do que dispõe a Lei nº 6.324/2013, assinale a alternativa correta.

- (A) A progressividade do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será representada pela duplicação das alíquotas do imposto, até o limite de duas operações sucessivas e cumulativas, enquanto perdurarem as condições que deram ensejo à notificação de edificação do imóvel.
- (B) A duplicação terá como ponto de partida os percentuais sobre o valor venal estipulado e obtido com base na alíquota obtida para o exercício fiscal imediatamente posterior ao do lançamento.
- (C) A duplicação que resultar em alíquotas superiores a quinze por cento será desconsiderada, fixando-se este percentual como limite para a incidência sobre os valores venais.
- (D) Caso a obrigação de parcelar, edificar e utilizar o imóvel não seja atendida no prazo de três anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a obrigação.
- (E) A alíquota será duplicada a partir do segundo exercício fiscal posterior à constatação de que a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não foi cumprida.

57. Às entidades que atuem no campo social da construção de habitações por mutirão, de acordo com a Lei nº 6.594/2017, entre outras, fica concedida a isenção do seguinte tributo:

- (A) Taxa de Coleta de Lixo.
- (B) Taxa de Conservação de Vias e Logradouros.
- (C) Taxa de Fiscalização de Funcionamento.
- (D) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
- (E) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

58. O Decreto nº 17.419/2011 determina que a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, emitida com a omissão ou erro no valor total bruto, poderá ser substituída no prazo
- (A) de até cinquenta dias corridos, contados após a data da sua emissão, desde que ainda não recolhido o imposto, devendo o prestador comunicar a substituição ao tomador ou intermediário do serviço.
 - (B) de até sessenta dias úteis, contados após a data da sua emissão, desde que ainda não recolhido o imposto, devendo o prestador comunicar a substituição ao tomador ou intermediário do serviço.
 - (C) máximo de trinta dias corridos, contados após a data da sua emissão, mesmo que recolhido o imposto, devendo o prestador comunicar a substituição ao tomador ou intermediário do serviço.
 - (D) máximo de trinta dias úteis, contados após a data da sua emissão, mesmo que recolhido o imposto, devendo o prestador comunicar a substituição ao tomador ou intermediário do serviço.
 - (E) máximo de noventa dias corridos, após a data da sua emissão, mesmo que recolhido o imposto devido, dispensada a comunicação da substituição pelo prestador de serviço.

AUTOCAD MAP

59. Assinale a alternativa que apresenta a ferramenta do AutoCad Map que possibilita a inserção de imagens do tipo *raster*.
- (A) Data Connect.
 - (B) Map Setup.
 - (C) Style Editor.
 - (D) Create Contour.
 - (E) Import Image.
60. Pretende-se definir um sistema de coordenadas utilizando unidades angulares, um meridiano principal e uma referência num projeto realizado por meio do AutoCad Map. Nesse caso, o tipo de sistema indicado é o
- (A) projetado.
 - (B) geográfico.
 - (C) topográfico.
 - (D) arbitrário.
 - (E) local.

